

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS

São Paulo, 01 julho de 2003.

PARECER JURÍDICO 17/03

ASSUNTO: ***Solicitação de retificação do Parecer Jurídico nº 25/98 que trata da qualificação do assistente técnico no âmbito da perícia judicial em razão da alteração de disposições do Código de Processo Civil, operada através da Lei 8455 de 24 de agosto de 1992.***

ORIGEM: CRESS .12ª Região

O Conselho Federal de Serviço Social submete à nossa apreciação a solicitação emanada do CRESS da 12ª Região, através do ofício nº 0664/2002-2005, onde solicita que o Parecer Jurídico 25/98, por nos prolatado, seja reavaliado em razão das alterações operadas no Código de Processo Civil, através da Lei 8455 de 24 de agosto de 1992.

A solicitação em questão originou-se de observações emanadas do assistente social Alcebir DaL Pizzol, inscrito na jurisdição do CRESS da 12ª Região, que aponta, para tanto, mudanças operadas no Código de Processo Civil, através da antedita lei 8455/92 e, nesta medida, equívocos no texto do Parecer Jurídico, na medida que deixou de considerar a lei em vigor.

Com efeito, a lei 8455/92 deixou de ser considerada na oportunidade da elaboração do Parecer Jurídico nº 25/98, de nossa lavra, motivo pelo qual deverão ser efetuados reparos naquele.

Iremos, entretanto, proceder algumas observações e considerações necessárias, referentes as alterações introduzidas pela nova lei, que na verdade corrigiu algumas distorções daquela, principalmente no que tange a intervenção do assistente técnico no contexto dos processos judiciais.

Vale considerar que as alterações no Código de Processo Civil introduzidas pela lei de 1982, veio a recolocar e melhor situar a função do assistente técnico, em relação as perícias judiciais.

Assinalamos, então, que o artigo 424 do Código de Processo Civil foi alterado, prevendo, igualmente, as hipóteses em que o perito pode ser substituído, excluindo, não obstante o assistente técnico da redação de seu “caput”.

Depreende-se que tal exclusão, do assistente técnico, em conformidade com a análise e interpretação do conjunto das demais disposições da Lei 8455/92, tenha se operado em razão da mudança de concepção das funções e atividades desempenhadas pelo mesmo.

Ora, o assistente técnico embora continue a desempenhar função com o mesmo grau de conhecimento técnico e habilitação do perito, por ser um profissional que pode ser indicado pelas partes e conseqüentemente, da confiança destas, não está mais sujeito a prestar compromisso ou ser inquinado de suspeição ou impedimento.

A alteração da disposição em comento, introduzida pela Lei em questão, que veio alterar o CPC, no nosso entendimento, passou a traduzir a concepção correta em relação ao assistente técnico, na medida em que este não deve e não pode se sujeitar as mesmas imposições previstas ao perito, em razão da forma de inserção deste no processo, que implica em um vínculo, ainda que contratual, com a parte que venha a indicá-lo.

A doutrina, inclusive, tem qualificado a participação deste, no âmbito do processo, como mero assessor da parte, na medida em que atua em relação aos interesses desta, ficando, em tese comprometida a sua isenção.

Diante de tal lógica jurídica o assistente técnico, também, passa a não estar sujeito a ser substituído pelo juízo, caso demonstre pouco conhecimento técnico ou científico da matéria objeto da perícia.

Permanece nossa posição quanto ao objeto da perícia que deverá, no nosso entendimento, ser o mesmo para ambos - perito e assistente técnico, que deverão, inclusive, possuir a mesma habilitação profissional. Portanto, se for solicitado um estudo social e, para tanto, designado pelo Juízo um assistente social, o assistente técnico deverá possuir a mesma habilitação profissional, uma vez que se manifestará tecnicamente sobre a matéria em questão através de um “parecer social”, função esta privativa do profissional habilitado nos termos das disposições do artigo 5º da lei 8662/93.

Os artigos 430 e 431 do Código de Processo Civil foram revogados e, nesta medida, foi abolida a previsão quanto a possibilidade do perito e assistente técnico lavrarem um laudo unânime.

A partir da vigência da nova lei e conforme alteração do artigo 433 do CPC somente os peritos apresentam o laudo perante o cartório competente, sendo que assistentes técnicos apresentam, agora, seus pareceres no prazo comum de dez dias, após apresentação do laudo, independentemente de intimação.

Estas foram, portanto, as alterações do CPC que não foram consideradas nem contempladas na elaboração do Parecer Jurídico nº 25/98.

Em razão de tal equívoco, desde já, dispomo-nos a proceder as necessárias alterações no Parecer Jurídico em questão, que deverá ser substituído, com a anotação de estar incluída as alterações mencionadas neste parecer.

Submetemos o presente a apreciação do Conselho Pleno do CFESS e, se houver concordância com seus termos, opinamos pela remessa de cópia ao CRESS da 12ª Região, para encaminhamento ao assistente social consultante.

Sylvia Helena Terra
Assessora Jurídica do CFESS